

ANÁLISE DOS OFÍCIOS DE REFAZIMENTO E REPUBLICAÇÃO EMITIDOS PELA CVM

ANALYSIS OF THE REPAIR AND REPUBLICATION OFFICES ISSUED BY CVM

Diego Fundão de Albuquerque¹

Isaque Dietrich Garcia²

RESUMO

A qualidade dos relatórios contábeis é algo de suma importância para auxiliar os stakeholders tomarem suas decisões. Para zelar pela qualidade e fidedignidade das informações contábeis foi criada a CVM. Essa pesquisa foi caracterizada como descritiva, além de documental e ela teve como objetivo analisar os ofícios de refazimento e republicação emitidos pela CVM entre os anos de 2007 a 2016 e identificar principalmente os setores com maior concentração de casos de refazimento e os pronunciamentos técnicos de mais frequentemente relatados pela autarquia. Os resultados indicam que os setores de consumo cíclico, seguido de consumo não cíclico e bens industriais tiveram maior incidência de ofícios de refazimento e reapresentação; os pronunciamentos técnicos do CPC que mais foram relacionados com os erros foram: CPC 14, 39, 23, 01 e 05.

Palavras chaves: Auditoria; CVM; Disclosure; Refazimento; Republicação.

ABSTRACT

The quality of accounting reports is of paramount importance to help stakeholders make their decisions. To ensure the quality and reliability of accounting information, the CVM was created. This research was characterized as descriptive, in addition to documentary and it aimed to analyze the redo and republication letters issued by CVM between the years 2007 to 2016 and to identify mainly the sectors with the highest concentration of redo cases and the technical pronouncements of frequently reported by the municipality. The results indicate that the sectors of cyclical consumption, followed by non-cyclical consumption and industrial goods had a higher incidence of

¹ Pós-graduado em Gestão Financeira, Auditoria e Controladoria pela Faculdade Multivix; Graduado em Administração de Empresas pela FAESA.

² Pós-graduado em Gestão Financeira, Auditoria e Controladoria pela Faculdade Multivix; Graduado em Ciências Contábeis pela UFES.

redo and re-presentation jobs; the CPC technical pronouncements that were most related to errors were: CPC 14, 39, 23, 01 and 05.

Keywords: Audit; CVM; Disclosure; Redo; Republication.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade possui importância ímpar para a existência de informações corretas, oportunas, suficientes e inteligíveis sobre o patrimônio das Entidades e suas mutações, (CFC, 2008). Ela possui como objeto de estudo o “Patrimônio” das organizações. Favero et al (2006) complementa dizendo que a Contabilidade desenvolveu-se buscando responder aos anseios da sociedade (usuários da informação), tendo como objetivo gerar informações para o controle e tomada de decisões.

Os usuários da contabilidade são as pessoas físicas ou jurídicas que necessitam de alguma informação contábil para tomarem decisões. Eles podem ser classificados em internos em função da sua proximidade com o negócio bem como com a facilidade no acesso à informação, como: os sócios, gestores e os funcionários; E os externos que são aqueles que irão tomar suas decisões a partir do que for divulgado nas demonstrações contábeis tradicionais divulgadas pela empresa.

Segundo Luz (2015) a transparência que deve nortear a divulgação dos relatórios contábeis dá-se o nome de evidenciação. Evidenciar é comunicar com clareza e objetividade, de forma que os usuários se sintam seguros ao utilizar as informações que lhes importam.

Nesse contexto, temos ainda que as evidenciações vêm sofrendo inúmeras mudanças, principalmente, em função da globalização. As normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) vêm padronizando as diferentes regras contábeis existentes ao redor do mundo, tornando a contabilidade uma linguagem internacional para negócios. Contudo, essas mesmas regras, têm exigido do contabilista maior senso crítico e exercício do julgamento profissional no momento dos registros contábeis.

De acordo com a Estrutura Conceitual Básica (CPC 00_R1), para a informação contábil-financeira ser útil, ela precisa ser relevante e ser fidedigna em sua

representação. Ainda segundo o mesmo CPC, informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Segundo Firmo e Paulo (2011), existe um entendimento de que os benefícios econômicos das informações contábeis aumentam quando são auditadas, pois a princípio, acredita-se que estão menos sujeitas a distorções do que aquelas que não foram examinadas pelos auditores.

Quando um dos envolvidos com o negócio (agentes econômicos) possui mais informação que outros passa a acontecer a assimetria informacional. Hendriksen e Breda (1999) complementa dizendo que a informação contábil ganha importância por reduzir a assimetria informacional e dar condições para que os riscos e incertezas sejam reduzidos. E ainda, Alencar (2007), ressalta dizendo que a disponibilidade de informação diminui o grau de incerteza dos investidores a respeito dos fluxos futuros de caixa, reduzindo o componente relativo ao risco de estimativa, na taxa utilizada para trazer tais fluxos a valor presente.

Assim sendo, a missão da CVM, é pautada no desenvolvimento, na regulação e na fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários, como instrumento de captação de recursos para as empresas, protegendo o interesse dos investidores e assegurando ampla divulgação das informações sobre os emissores e seus valores mobiliário e que ela a partir da deliberação Nº 388/01, passou a divulgar para todo o mercado os ofícios de refazimento expedidos, com o objetivo principal de auxiliar as empresas no processo de tomada de decisão acerca dos seus investimentos em outras S/As.

Seus relatórios financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos. Dado que o conjunto de procedimentos descritos nas IFRS é fortemente afetado pelo julgamento profissional dos contadores.

Diante do exposto, este trabalho teve por objetivo pesquisar os motivos que levaram a expedição, por parte da CVM, de ofícios de republicação e refazimento das demonstrações financeiras das companhias listadas na BM&F Bovespa, durante o período compreendido entre janeiro de 2007 e agosto de 2016. O foco da análise foi as normas contábeis que levaram a CVM a solicitar o refazimento e republicação das demonstrações.

Este tema é pouco estudado no contexto brasileiro. Já em nível internacional encontramos diversos estudos pertinentes o que comprova a importância da informação fidedigna à real situação das empresas para tomada de decisões por parte de todos os stakeholders.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GERENCIAMENTO DE RESULTADO

O resultado da entidade, muitas vezes pode ser fruto de ajustes contábeis, sujeitos a discricionariedade, levando a manipulação dos valores apurados (Martinez, 2001). Para Nardi e Nakao (2009) o acréscimo ao resultado pode vir de comportamento oportunista de gestores permitido pela flexibilidade das normas contábeis já que o lucro ou prejuízo das empresas é auferido com base em "apropriações, diferimento e atribuição de procedimentos" com objetivo de confrontar as receitas com as despesas e não apenas listá-las segundo a ordem de entrada no caixa.

No entanto, esse resultado é uma das informações mais importantes que a contabilidade tem para oferecer, fazendo-se importante a realização de auditorias, as quais vão trazer maior segurança nesses resultados.

Cunha, Magro e Fernandes (2015) buscaram analisar a influência do refazimento das demonstrações contábeis no gerenciamento de resultados das empresas listadas na BM&F Bovespa. A amostra composta por 18 empresas com refazimento decretado entre 1995 e 2012 foi comparada com outras 18 empresas, sem refazimento, listadas na BM&F Bovespa, comparáveis as primeiras em tamanho e setor de atuação. Verificou-se que o refazimento das demonstrações contábeis e endividamento influenciaram no gerenciamento de resultados negativos, enquanto o tamanho da empresa influenciava a manipulação de resultado positivo.

2.2 DISCLOSURE OU EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

A evidenciação contábil ou disclosure não significa tão somente divulgar informações financeiras e patrimoniais da entidade, mas também publicá-las com qualidade, clareza e em tempo oportuno (Dantas et al,2008).

A contabilidade deve evidenciar em seus demonstrativos aquilo que for necessário, para não o fazer enganosamente (Accounting Research Study nº 1, 1967 apud Ludícibus 2010).

Ludícibus (2000), complementa dizendo que:

“A evidenciação é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário (Ludícibus, 2000).”.

Contudo, para a informação Contábil ser útil, ela deve ser convergente e ampla, envolvendo aspectos econômicos, financeiros, sociais, ambientais, de produtividade e de gestão (Ponte et al. 2007)

2.3 REFAZIMENTO E REPUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia criada em 1976 pela lei 6.385, dispõe de autoridade para requisitar informações de quaisquer entidades, intimar pessoas e também, decretar republicação e reapresentação de demonstrações e relatórios financeiros ou informações divulgadas (Brasil, 1976).

Para esclarecer sobre a republicação e o refazimento, Teixeira et al. (2013) sugerem enorme diferença, pois o primeiro abrange as informações confusas ou incompletas, não impactando na situação patrimonial da empresa; enquanto o segundo, é caracterizado por incluir registros contábeis não realizados ou realizados de forma errada alterando a situação patrimonial da empresa.

2.3 Julgamento Profissional

Firmino (2011) afirma que "mesmo com a adoção de normas idênticas, os profissionais ligados à Contabilidade podem ter interpretações diferentes sobre os critérios de reconhecimento e/ou mensuração contábil [...]" isso ocorre, principalmente, devido a utilização de previsões, estimativas e julgamentos subjetivos. Ou seja, podemos ter demonstrações distorcidas ou mesmo totalmente distantes da realidade. Apesar disto, a Resolução nº 1.203/09 do CFC (2012) diz que:

"o julgamento profissional é essencial para a condução apropriada da auditoria. Isso porque a interpretação das exigências éticas e profissionais

relevantes, das normas de auditoria e as decisões informadas requeridas ao longo de toda a auditoria não podem ser feitas sem a aplicação do conhecimento e experiência relevantes para os fatos e circunstâncias".

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Essa pesquisa buscou descrever sistematicamente, características do fenômeno, a partir do exame, do registro, da análise, classificação e da interpretação dos dados (Gressler, 2004), sendo assim classificada como descritiva, além de documental, por se tratar de pesquisa "realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)" (Padua, 2004).

Foram analisados ofícios publicados pela CVM, entre 2007 e 2016. Estas datas foram definidas pois englobam o período que antecede a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e o período pós-adoção; e também pela constatação do aumento de ocorrências de refazimento e republicação no período de 2006 a 2009 (Dantas, 2011).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os ofícios de refazimento determinados pela CVM encontram-se disponíveis no site da autarquia começando pelo ano 2001. Este trabalho limitou-se a analisar os ofícios à partir de 2007. Abaixo temos a tabela da distribuição dos ofícios por setor:

Tabela 1 - Distribuição dos casos de refazimento por setor.

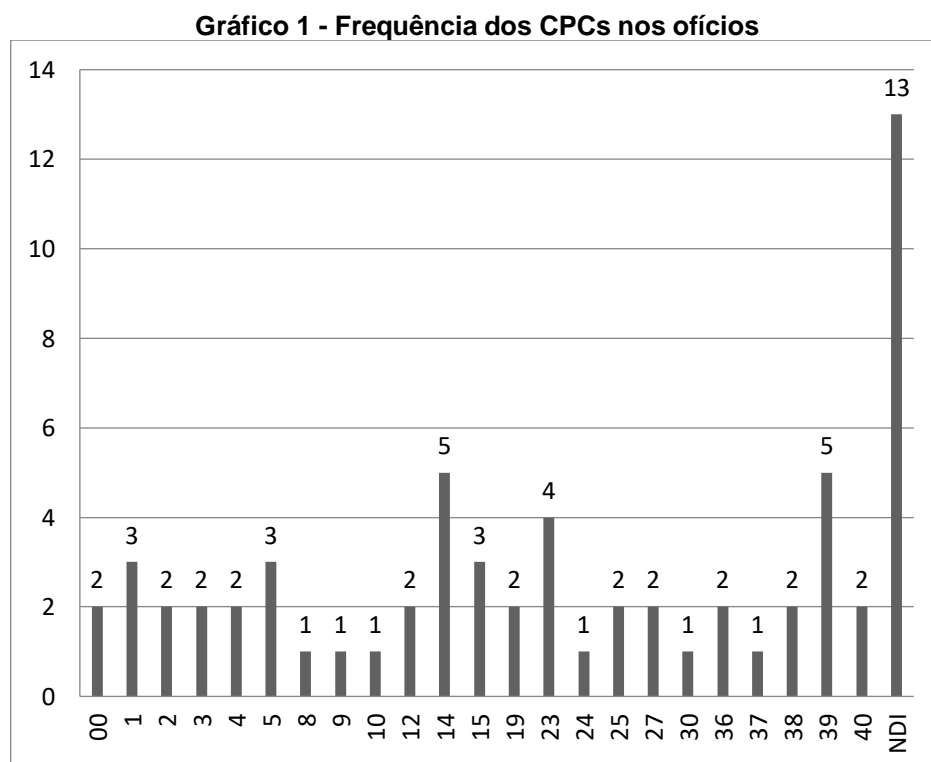
Setores	Quantidade	FR (%)
Consumo não cíclico	7	21,88%
Consumo Cíclico	7	21,88%
Bens Industriais	6	18,75%
Utilidade Pública	4	12,50%
Materiais Básicos	3	9,38%
Telecomunicações	2	6,25%
Financeiros e Outros	2	6,25%
Não classificados	1	3,13%
Total	32	100,00%

Fonte: Elaboradas pelos autores.

Pode-se observar que os setores mais frequentes são os de consumo não cíclico e de consumo cíclico, seguidos pelo de bens industriais. O primeiro é o grupo que se

compõe dos subsetores da agropecuária, alimentos processados, bebidas, comércio e distribuição e produtos de uso pessoal e de limpeza, enquanto o segundo é formado por automóveis e motocicletas, comércio, construção civil, hotéis e restaurantes, mídia, tecidos, vestuário, calçados e utilidades domésticas. Três setores não apareceram na pesquisa: Petróleo, Gás e biocombustíveis; saúde e tecnologia da informação.

O CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis - é um órgão que reúne várias entidades e tem como foco a convergência internacional das normas contábeis. Dentre seus produtos, os pronunciamentos são as traduções das IFRS (International Financial Reporting Standards), normas internacionais de contabilidade, e servem para instruir os contadores na elaboração das demonstrações contábeis. Abaixo vê-se gráfico demonstrando quais foram os pronunciamentos mais frequentes nos escritórios:



Pode-se notar que os pronunciamentos 14 e 39, sobre instrumentos financeiros são os mais frequentes; seguidos pelo 23 (Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro), 5 (Divulgação sobre partes relacionadas) e 1 (Redução ao valor recuperável de ativos). Dentre os erros, treze, não foram relacionados à

pronunciamentos, ou seja, tratam-se de outras normas como artigos de leis e instruções normativas.

No relatório da audiência pública que tratava do pronunciamento 14, houve questionamentos sobre a completude das normas, em relação as suas normas internacionais correspondentes. Essa informação foi reconhecida pelo CPC no relatório da audiência pública dos pronunciamentos 38, 39 e 40, onde afirmou-se que o pronunciamento 14 seria revogado e convertido em orientação, para o CPC 03. Essa informação justificaria a alta incidência dos citados pronunciamentos nos escritórios da CVM.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou identificar os setores mais impactados pelos escritórios da CVM e também quais os pronunciamentos técnicos do CPC relacionavam-se mais frequentemente ao refazimento das demonstrações. Concluiu-se que os setores são os de consumo não cíclico e de consumo cíclico, seguidos pelo de bens industriais e os pronunciamentos que versam sobre instrumentos financeiros ensejaram maior número de autuações pela entidade competente. Pode-se inferir, ainda que, estes pronunciamentos causaram maior dificuldade aos profissionais envolvidos na evidenciação devido ao maior grau de complexidade do tema, fato comprovado por Garcia et al. (2016) uma vez que o assunto representou um nicho de estudos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Roberta Carvalho de. Nível de Disclosure e Custo de Capital Próprio no Mercado Brasileiro. 2007.114 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- BRASIL. Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6385compilada.htm>. Acesso em: 3 de set de 2016.
- COMITÊ, DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 21 set de 2016.
- COMITÊ, DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS-CPC. CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade. – 3. ed. -- Brasília: CFC, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TA - de auditoria independente: NBC TA estrutura conceitual, NBC TA 200 a 810. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

DA CUNHA, PAULO ROBERTO; DAL MAGRO, CRISTIAN BAU; FERNANDES, LEONARDO BARBI. A Influência do Refazimento das Demonstrações Contábeis no Gerenciamento de Resultados das Empresas Listadas na BM&FBovespa. XII Congresso USP iniciação científica, 2015.

DANTAS, José Alves et al. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. Revista Economia & Gestão, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2008.

DANTAS, José Alves et al. Determinações de refazimento/republicação de demonstrações financeiras pela CVM: O papel dos auditores independentes. Revista Universo Contábil, v. 7, n. 2, p. 45-64, 2011.

FAVERO, Hamilton Luiz. et al. Contabilidade: teoria e prática. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FIRMINO, José Emerson.; PAULO, Edilson. Aspectos comportamentais no julgamento profissional dos auditores independentes. 2011.

GARCIA, Evelini Lauri Morri et al. INFLUÊNCIA DA REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM PERIÓDICOS NACIONAIS. REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 6, n. 1, p. 74-89, 2016.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. Lori Alice Gressler. - 2ª ed. rev. atual - São Paulo: Loyola, 2004.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUZ, Érico Eleutério da. Teoria da contabilidade. Curitiba: InterSaberes, 2015.

MARTINEZ, Antonio Lopo. "Gerenciamento" dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 2001. 167 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo

NARDI, P. C. C; NAKAO, S. H. (2009). Gerenciamento de resultados e a relação com o custo da dívida das empresas brasileiras abertas. Revista Contabilidade & Finanças, 20(51), 77-100.

PADUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia de pesquisa abordagem teórico-prática. Elisabete Matallo Marchesini de Padua - 10ª edição - Campinas, SP. Papirus, 2004.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M.C.; MOURA, H.; CARMO, R. C. A. Análise das Práticas de Evidenciação de Informações Obrigatórias, não-obrigatórias e avançadas nas Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas no Brasil: Um Estudo Comparativo dos Exercícios de 2002 e 2005. R. Cont. Fin., São Paulo, v. 18: 45. p. 50 – 62. 2007.

TEIXEIRA, Silvio Aparecido; POLITELO, Leandro; KLANN, Roberto Carlos. Fatores Relacionados ao Refazimento das Demonstrações Contábeis das Companhias Brasileiras de Capital Aberto. In: XXIV ENANGRAD, 16., 2013, Florianópolis.